

A DUALIZAÇÃO COMO CAMINHO PARA A AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

Ricardo Abramovay

Resumo

No debate europeu sobre agricultura sustentável, destacam-se hoje duas posições: por um lado, aqueles que preconizam a dualização explícita do setor agrícola e a concentração das funções produtivas entre os maiores agricultores, ficando aos outros reservado o cuidado com a preservação do espaço rural. Por outro lado, estão aqueles para os quais é na distribuição dos direitos a produzir - e dos fundos públicos a eles correspondentes - que se encontra o caminho para a sustentabilidade. Parte de um programa de pesquisa sobre as mudanças recentes na política agrícola dos países capitalistas avançados, este trabalho examina a primeira destas perspectivas.

Palavras-chave

política agrícola, liberalismo, reforma da política agrícola comum, ajudas diretas, amenidades rurais

Abstract

Two main positions emerge in the European debate about sustainable agriculture: the first group defends the explicit separation between the productive functions of agriculture concentrates in the hands of the largest farmers - and the devolution of protections of rural areas to the smaller ones. For the second group the redistribution of production rights and the public resources corresponding to them are the way to build sustainability. This paper deals with the first of these issues as part of a research program on recent changes in agricultural policies of advanced capitalist countries.

Key words

agricultural policies, liberalism, CAP reform, direct compensatory payments, rural amenities

Professor do Departamento de Economia da FEA/USP e pesquisador associado ao Centre d'Etudes et Recherches Internationales da Fondation Nationale de Sciences Politiques.

1. Apresentação

O relatório Brundtland fez soar no mundo todo o alarme da insustentabilidade do modelo de desenvolvimento agrícola amplamente difundido pela Revolução Verde. Entretanto, é somente nos países capitalistas avançados que este alarme repercutiu-se com efeitos práticos, isto é, que sua mensagem foi ouvida na elaboração da própria política agrícola. De maneira geral, no Terceiro Mundo, as preocupações com o meio ambiente no campo, para os responsáveis agrícolas, são retóricas ou francamente consideradas como o caminho certo para o retrocesso e a eternização da miséria.⁽¹⁾ É verdade que na União Européia, nos Estados Unidos e no Canadá não faltarão adeptos da idéia de que é inaceitável qualquer tentativa de abandonar a intensificação crescente, baseada no uso, em larga escala, de meios químicos e mecânicos de produção.⁽²⁾ Apesar disso, os temas de natureza ambiental estão cada vez mais presentes tanto na pesquisa agrônômica, quanto nas intenções explícitas em que se fundamentam as mudanças recentes nas políticas agrícolas do capitalismo avançado.

Hoje, na França, 155 mil agricultores recebem prêmios para reduzir o rebanho e, por aí, a pressão sobre áreas consideradas ecologicamente sensíveis. Este programa atinge 5,25 milhões de hectares, mais de um terço da superfície agrícola útil do país e consome cerca de US\$ 230 milhões (BANDARRA, 1994). A Holanda deve diminuir a utilização dos pesticidas e fungicidas de 30 a 35% em 1995 e de 50% no ano 2.000 com relação aos níveis vigentes em 1984. Os criadores de porcos serão obrigados, num futuro próximo, a manter uma contabilidade mineral para controlar a quantidade e a composição do esterco líquido cujo montante ultrapassa, de longe, as necessidades das lavouras (HOT, 1994) e acaba por contaminar de maneira

-
- (1) "Ouve-se um apelo ultimamente, vindo de partes do Primeiro Mundo, por um retorno a tecnologias baseadas em baixo uso de insumo. Este é o pior conselho que pode ser dado a agricultores de países do Terceiro Mundo. Com sua pressão populacional eles não podem permitir-se voltar a técnicas baseadas em baixo uso de insumos. É isso o que tiveram durante milhares de anos. Os agricultores dos países em desenvolvimento precisam de tecnologias ainda mais produtivas que as de que dispõem hoje". (declarações de H. K. Jain, antigo diretor do Indian Agricultural Research Institute, citadas por HULSE, 1991)
- (2) Destoando do ambiente intelectual dominante na pesquisa agrônômica francesa, BOULAINÉ (1992, p. 4), em sua recente história da agronomia afirma: "Prega-se o retorno a produções 'naturais' como se a alimentação de 60 milhões de franceses pudesse ser assegurada com técnicas cujo resultado era, por volta de 1850, assegurar apenas a subsistência de 35 milhões de nossos antepassados, onze meses do ano somente e com um nível de vida miserável".

grave o lençol freático.⁽³⁾ Por enquanto existe uma rígida legislação nacional⁽⁴⁾ quanto aos períodos autorizados e à quantidade de esterco líquido que se permite aplicar nas culturas, e o objetivo é que se chegue ao ano 2.000 com uma produção de esterco líquido que não ultrapasse aquilo que pode ser assimilado pelas plantações (GLASBERGEN, 1992, p. 36). Ao mesmo tempo, as pesquisas sobre alimentação na suinocultura deverão permitir uma sensível redução da quantidade de nitrogênio emitida por animal de 5 para 3-3,5 quilos (BONNY, 1993, p. 10).

Os exemplos poderiam multiplicar-se e embora não se possa falar - longe disso - de uma conversão completa e massiva dos agricultores europeus a técnicas produtivas compatíveis com a integridade ambiental, este é um assunto que hoje não é mais tratado de maneira tópica, marginal, restrita a áreas consideradas de reserva paisagística ou aos resultados das fazendas orgânicas:⁽⁵⁾ são os produtos que mais contribuem para o valor da produção agrícola e nas regiões mais importantes do ponto de vista da oferta - e não mais somente as áreas de montanha ou as consideradas ecologicamente sensíveis - que estão na mira de medidas de natureza ambiental. Os profissionais ligados à horticultura holandesa assinaram um convênio com os poderes públicos para melhorar a eficiência energética do setor em 50% até o ano 2.000, relativamente a 1980, com o objetivo de reduzir o nível de CO₂ (HOT, 1994). Meynard e Girardin mostram (ver artigo publicado no presente número) como a pesquisa agrônômica francesa está conseguindo resulta-

-
- (3) Nas regiões de produção agrícola intensiva da França, Alemanha, Holanda e Reino Unido, as concentrações médias de nitrato na água aumentam de 1 a 2 miligramas por litro anualmente e ultrapassam, em muitos casos, de longe, a norma europeia de 50 miligramas por litro (WRR, 1992, p. 49).
- (4) Este tipo de legislação existe em vários países europeus. Na Alemanha, em muitos *Länder* prescreve-se o mínimo de área por unidade de gado de que o agricultor deve dispor, bem como os períodos de aplicação do esterco. (HAEN *et alii.*, 1991, p. 13)
- (5) Apesar da existência de uma legislação Comunitária sobre fazendas biológicas, aprovada em 1986 pelo Parlamento Europeu (ROELANTS DU VIVIER, 1987, p. 210), estas representam parcela extremamente minoritária no Continente. Na França, 3.000 unidades têm a autorização de estampar em seus produtos o símbolo AB - *agriculture biologique* (DE SILGUY, 1991, p. 17). Na Alemanha (ainda sem levar em conta os novos *Länder*), aproximadamente 1.000 agricultores praticam o método de Steiner (ver artigo de Eduardo Ehlers, neste número) chamado *biologisch-dynamisch*. Outros inspiram-se nos princípios da escola suíça de H. Müller e em 1990 eram aproximadamente 1.100 produtores, fora os quinhentos em processo de adesão (BRUCKMEIER & TEHERANI-KRÖNER, 1992, p. 75). Desde 1985 são postos em prática mecanismos reforçados com a reforma de 1992 da Política Agrícola Comum que procuram estimular a conversão à agricultura biológica, inclusive remunerando os agricultores pelas inevitáveis perdas do período de transição.

dos importantes no sentido de permitir que os grandes cerealicultores situados em volta da região parisiense se adaptem ao contexto imposto pela recente redução dos preços de garantia, encontrando um novo equilíbrio econômico onde a diminuição no uso de insumos é um elemento básico. Em áreas ecologicamente sensíveis e onde se pratica agricultura intensiva na Holanda, no Reino Unido, na Alemanha Federal e na Dinamarca são freqüentes os programas pelos quais os produtores recebem incentivos para não recorrerem a práticas prejudiciais a valores naturais ou para realizarem trabalhos de manutenção e recuperação da paisagem (WRR, 1992, p. 36).

Apesar destas mudanças importantes - tanto mais significativas que desde o fim da IIª Guerra Mundial até meados dos anos 1980 produzir mais e de maneira sempre mais intensiva era a principal mensagem que os agricultores recebiam do Estado - seria imprudente dizer que a Europa Ocidental encontra-se no limiar da sustentabilidade agrícola. Não que haja um sério risco de reversão nos progressos alcançados até aqui no declínio da poluição verde. ⁽⁶⁾ O problema é que apesar de alguns atributos gerais desta expressão - basicamente a compatibilização entre os interesses das gerações presentes e as necessidades das futuras - **sustentabilidade é uma noção socialmente construída** e que não pode ser compreendida fora de seu uso tanto no discurso científico como na política. A sustentabilidade da Rhône Poulenc não é a defendida pelos ecologistas, a da Comissão Européia difere daquela preconizada pela OCDE. ⁽⁷⁾

É pela porta da política agrícola que o meio ambiente vem entrando na vida dos agricultores europeus: o mecanismo de sustentação da renda agrícola, baseado em preços garantidos, desmoronou - sob as famosas montanhas de cereais e carne e os rios de leite que custam à União Européia algo

(6) Seguindo uma tendência geral dos países capitalistas centrais de reduzir a quantidade de energia e matérias-primas consumidas por unidade de produto, "*...os agricultores franceses consumiram em 1993 menos fertilizantes que em 1973*" (JACOB, 1994, p. 50).

(7) "*...a sustentabilidade não é uma noção que possa ser determinada de forma totalmente objetiva e existem diferentes escolhas subjetivas que resultam em concepções diferentes da utilização sustentável do solo*" (WRR, 1992, p. 48). HATEM (1990) *apud* COMELIAU (1994) detectou nada menos que 60 definições de desenvolvimento sustentável. Da mesma forma, PELT *et alii.* (1990) falam da imprecisão das definições, mas localizam três pontos comuns a todas elas: a) a preocupação com o longo prazo e as futuras gerações; b) as relações entre os sistemas sócio-econômico e ambiental e c) o reconhecimento de que o desenvolvimento tem que levar em conta restrições ambientais. O aspecto importante que estes autores levantam, já desde 1990, refere-se à inclusão da preservação das **amenidades ambientais**, de serviços prestados pelo meio rural e que não se relacionam com a produção agrícola (turismo, paisagem), na definição de sustentabilidade.

em torno de US\$ 42 bilhões anualmente - e começa a ser substituído (a partir da reforma da Política Agrícola Comum de 1992) por um montante verdadeiramente enorme de ajudas diretas, descasadas (*découplées*) da remuneração que se obtém com a venda dos produtos. Estas ajudas diretas (proporcionais à extensão de terra possuída por cada um) são a compensação que recebem os agricultores pela queda nos preços de sustentação, com a condição de que coloquem em repouso 15% da superfície de que dispõem. O Estado continua sendo o responsável pela formação da maior parte da renda agrícola, só que desde 1992 este apoio não está mais escamoteado nos preços dos produtos e sim explícito no cheque que o agricultor embolsa.

Mas embolsa a que título, com que justificativa? Em primeiro lugar, trata-se de indenizar o setor agrícola por uma espécie de ruptura unilateral decidida pela reforma de 1992 do "contrato de modernização" (DELORD & LACOMBE, 1993) com base no qual o setor preparou-se (endividou-se, investiu) para oferecer safras sempre maiores. Mas não é difícil perceber que com 18 milhões de desempregados a opinião pública da Comunidade Européia acabará por questionar o sentido de se remunerar os agricultores pela contribuição à sociedade que representa...deixar de produzir. A sustentação da renda dos agricultores europeus foi aceita até aqui (embora, é claro, não sem contestações) como a contrapartida da segurança alimentar e do equilíbrio da balança comercial. Os excedentes agrícolas e os gastos públicos a que levam solaparam esta justificativa, e a partir de agora, cada vez mais, os fundos públicos só serão legitimamente voltados para os agricultores se estiverem vinculados a uma série de funções sociais, entre as quais a preservação do meio ambiente - e, mais que isso, da integridade do mundo rural - terá um papel decisivo. A questão ambiental integra a política agrícola *"a partir do momento em que a prioridade não está mais no desenvolvimento da produção, na intensificação, mas num território e numa sociedade que devem imperiosamente viver tanto quanto produzir"* (PISANI, 1994, p. 11).

Um dos objetivos explícitos da reforma da PAC é de permitir uma *"extensificação dos métodos de produção, contribuindo para assegurar a preservação do meio ambiente e a redução dos excedentes agrícolas"* (Commission des Communautés Européennes, 1993, p. 10). É nesta vinculação entre redução dos excedentes agrícolas e preservação ambiental que se encontra o essencial da discussão sobre a sustentabilidade na agricultura européia hoje. Em outras palavras, é à medida que se insere no quadro das várias propostas de

controle da oferta que o meio ambiente torna-se um tema importante para a política agrícola. Muito mais que um assunto simplesmente agrônômico sobre como reduzir o nível de insumos, sacrificando o mínimo possível a produtividade e a competitividade, que o debate acerca da sustentabilidade envolve diferentes concepções sobre a própria formação da renda agrícola e, portanto, sobre as funções da agricultura, dos agricultores e do meio rural para a vida social: em última análise é um amplo debate de sociedade que extrapola questões ligadas estritamente à agricultura e ao meio rural.

Dualização, polarização social, agricultura com duas velocidades: não são poucos os que preconizam abertamente a concentração das funções produtivas agrícolas entre os maiores agricultores (os 20% que hoje garantem 80% do valor da produção), os capazes de enfrentar a competição internacional como o caminho mais curto - e sobretudo mais econômico - para a sustentabilidade. Um geógrafo chegou, de maneira provocativa, a intitular matéria publicada numa revista científica de grande circulação com a iconoclasta palavra de ordem "ousar o deserto" (LÉVY, 1994). Mesmo os que não chegam a tanto (a OCDE, por exemplo) aceitam que os agricultores sejam objeto de políticas de desenvolvimento rural, desde que a agricultura - liberada das garras paralisantes da intervenção comunitária - regule-se livremente pelo mercado. Nesta perspectiva o objetivo da política agrícola não pode ser a ocupação produtiva do espaço rural. Agricultores profissionais, ladeados por outros que se encarregarão de zelar pela paisagem, que no limite serão guardiães da integridade do território, eis, em suma, a essência da sustentabilidade preconizada pelo pensamento liberal hoje na Europa. Os obstáculos agrônômicos para que concentração sócio-econômica e sustentabilidade ambiental se compatibilizem serão, como veremos, cada vez menores, o que fortalece este caminho como uma das possibilidades de reorganização do campo europeu.

Mas existe também a sustentabilidade daqueles para os quais o território é um elemento fundamental de cultura, uma base para a integração (e não para a dualização) social e que, portanto, não pode ser esvaziado. A expressão mais importante desta corrente é a *Confédération Paysanne* da França, grupo minoritário dentro do movimento sindical de agricultores. Muitas de suas posições, porém, são incorporadas pela organização majoritária, a *Fédération Nationale des Syndicats d'Exploitants Agricoles* e podem ser encontradas até em documentos da Comissão Européia, como, por exem-

plo, no Livro Verde que, em 1985, inaugura a inclusão do meio ambiente e da revitalização do tecido social no campo como objetivos da própria política agrícola. O essencial, nesta perspectiva, é associar organicamente, num só mecanismo e como resultado de uma só política, as funções econômicas, sociais e ambientais da produção agrícola, o que supõe alguma forma de distribuição, de partilha dos direitos a produzir e das credenciais que abrem as torneiras das subvenções públicas. Desconcentrar gradualmente a produção e garantir que a oferta agrícola venha da maior quantidade possível de agricultores é então um outro caminho para a construção da sustentabilidade.

É, evidentemente, forte o risco de maniqueísmo sempre que se reduz um grande debate de sociedade a duas posições polares. Um rigoroso estudo da formação da política agrícola comum e da incorporação em seu interior dos problemas ambientais não poderia jamais admitir tal simplificação. Quando se examinam as posições das organizações políticas, profissionais e sindicais que pesam sobre as decisões de Bruxelas, esta polaridade raramente se encontra em estado puro. Entre a *Confédération Paysanne* e a *Fédération Nationale des Syndicats d'Exploitans Agricoles* - respectivamente "oposição" e "situação", no panorama francês das organizações profissionais agrícolas - as lutas políticas não poderiam ser maiores: ambas, entretanto, preconizam hoje que a atividade agrícola seja a base fundamental para a ocupação do espaço. Por mais diferentes que sejam as opiniões da OCDE e as dos cerealicultores franceses quanto aos preços do trigo, em ambos os casos as preocupações com relação à ocupação do espaço rural não devem interferir na lógica da organização das empresas agrícolas. Um estudo de ciência política sobre as várias fontes de pressão de que é formada a política agrícola teria, necessariamente, que percorrer todo este imenso leque de posições.

O objetivo aqui é bem mais modesto. Trata-se de expor as concepções de sustentabilidade agrícola que derivam de um importante - mas não o único, bem entendido - debate quanto às metas e ao sentido da própria Política Agrícola Comum (PAC). Como bem mostra um relatório do Conselho Científico para a Política Governamental da Holanda (WRR, 1992, p. 37), desde o início da formação da Comunidade, em 1958, há uma tensão entre as correntes que vão enfatizar, na PAC, a valorização da ocupação do espaço sobre a base da unidade familiar de produção ⁽⁸⁾ e aquelas que

estarão preocupadas, antes de tudo, com problemas ligados aos preços dos produtos e que, no limite, renunciariam sem qualquer constrangimento a um dos princípios essenciais que deu origem à PAC, a preferência comunitária, optando por importações sempre que o mercado internacional oferecesse produtos mais baratos que os europeus. Por um lado, o campo como espaço de vida social (*campagne vivable*, para empregar o termo usado na tradução francesa do relatório dos especialistas holandeses); por outro, o objetivo de, antes de tudo, minimizar os custos e oferecer "...uma produção agrícola tão econômica e eficaz quanto possível" (WRR, 1992, p. 37).

Seria impossível, no espaço de um artigo, expor tanto o contexto deste debate como as duas principais correntes que nele se enfrentam. A opção foi estudar uma delas, representada antes de tudo pela OCDE, por especialistas holandeses ligados ao Conselho Científico da Política Governamental, por intelectuais ligados ao antigo comissário Europeu, Sicco Mansholt, e que se inspira globalmente em teses que, de maneira simplificada, poderíamos chamar de liberais. A influência desta vertente do pensamento agrícola na Europa do Norte (e sobretudo na Grã-Bretanha), mas também na França (DELORME, 1994) é muito grande. É importante ficar claro, então, que se trata de um dos pontos de vista (com grande influência, é certo) do debate, mas que nem de longe o esgota.⁽⁹⁾

Este texto divide-se em quatro partes. A parte 2 (a seguir) procura descrever o contexto no qual os agricultores perdem o monopólio, que detinham até aqui, sobre o uso do espaço rural. O declínio de sua importância social é correlativo ao surgimento de novos valores vinculados ao uso do campo, entre os quais os de conotação ambiental: preservação do patrimônio natural, luta contra incêndios, conservação de pequenas estradas para o turismo, contrato com associações de caçadores são alguns exemplos neste sentido.

Esta é uma das bases importantes em que se apóiam o diagnóstico e as propostas analisadas na parte 3: a separação entre os que respondem pela

(8) *Debout sur tout le territoire* é uma das palavras de ordem centrais da *Fédération Nationale des Syndicats d'Exploitants Agricoles*, a organização profissional oficialmente reconhecida pelo Estado na França.

(9) Este trabalho apresenta os primeiros resultados de um programa de pós-doutorado desenvolvido no *Centre d'Études et Recherches Internationales* da *Fondation Nationale de Sciences Politiques*. Numa segunda etapa do trabalho pretendo analisar a fundo o ponto de vista daqueles que repudiam o dualismo proposto pelo pensamento liberal

maior parte da oferta agrícola e os que podem justamente se desenvolver sobre a base da valorização tanto das amenidades ambientais, como dos "mercados de clientela", é um dos pressupostos em que se fundamenta o pensamento liberal no sentido de preconizar que a liberação dos mercados agrícolas é o melhor caminho não só para alocação racional dos fatores, mas, sobretudo, para combater os danos ambientais ligados ao modo de desenvolvimento vigente até aqui. O "ajustamento estrutural" (OCDE, 1994) da agricultura é, assim, sob a ótica liberal, o melhor caminho para a construção da sustentabilidade. É falsa, portanto, a idéia de que o pensamento liberal não tem propostas consistentes para a questão ambiental.

O ponto de estrangulamento da proposta dualista é outro: na verdade, nada indica que a política de concentração planejada da produção entre os maiores produtores vai levar a uma redução dos gastos públicos e, portanto, à possibilidade de que mais recursos sejam alocados para aquilo que a sociedade mais valoriza: o meio ambiente. Ao contrário, o poder dos maiores produtores sobre a oferta deve ser correlativo ao seu domínio sobre os fundos destinados à estabilização da renda agrícola, conseqüência da própria tendência crônica à desvalorização da produção. Existe aí uma contradição interna de que o pensamento liberal aplicado à agricultura até aqui foi incapaz de resolver. Embora, em tese, a produção responda aos sinais emitidos pelo mercado, o aparato produtivo dos agricultores é mantido com base em pesados subsídios públicos. Se estes subsídios são necessários, por que então escolher o caminho da concentração como principal método de destiná-los à sociedade?

As principais conclusões do trabalho são expostas na parte 4.

2. O Declínio dos Agricultores

O vertiginoso crescimento da produção nos países capitalistas avançados ocorre num quadro generalizado de declínio do trabalho agrícola. Há trinta anos um em cada quatro trabalhadores dos países da OCDE estavam na agricultura; hoje eles são um em cada dezessete (OCDE, 1994, p. 17). Entre 1970 e 1991, a população trabalhando na agricultura cai pela metade na Comunidade Européia. Globalmente, sua participação no emprego que era de 13,5% em 1970 chega a 6,3% em 1991, segundo dados da Comissão

Européia. Nos cenários traçados pelo Conselho Científico da Política Governamental, da Holanda, para o ano de 2.015 a previsão é que o emprego agrícola decline dos atuais 6 milhões de unidades de trabalho anuais para no máximo 2,8 milhões, mesmo que se conte com a adoção de políticas que procurem valorizar a ocupação agrícola (WRR, 1992, p. 15). Não parece uma previsão excessivamente pessimista, quando se sabe que a população com mais de 45 anos na agricultura corresponde a 53,7% do total e a com mais de 55 anos a 30,3% do total.⁽¹⁰⁾ Na Europa dos doze, apenas 7% dos *chefs d'exploitation* (aquilo que nosso Censo Agropecuário chama de responsáveis) têm menos de 35 anos (INSEE, 1993, p. 132).

Além disso, são muito sérios os problemas ligados à sucessão dos agricultores: 58% dos *chefs d'exploitation* franceses têm mais de 50 anos, num total de 596.000 *exploitants* (sobre 950 mil estabelecimentos hoje existentes). Três quartos deles não têm sucessores ou qualquer idéia de quem poderá sucedê-los na unidade de produção. Até aqui a tendência tem sido de que estas explorações sem sucessores acabem incorporadas a outras: entre 1979 e 1989 desapareceram 19% das explorações, mas a superfície agrícola útil recuou apenas 3% (INSEE, 1993, p. 112-113).

Outro aspecto demográfico essencial é que, minoria na sociedade há muito tempo, os agricultores o são também, hoje, no próprio meio rural. Em 1990, apenas 13,1% da população rural (isto é, das comunas com menos de 2.000 habitantes) era composta de pessoas que viviam, ao menos em parte, da agricultura (INSEE, 1993, p. 14-15). Num país como a França existem menos agricultores do que funcionários da educação nacional. Este é um dos aspectos mais importantes e delicados para os agricultores no quadro social atual: não se pode mais identificar mundo rural e mundo agrícola. O espaço rural, hoje, é partilhado por um conjunto heterogêneo de habitantes que vão desde operários até possuidores de residências secundárias⁽¹¹⁾ com aspirações freqüentemente conflitantes com as dos agricultores quanto ao uso deste espaço. O que vem ocorrendo, desde o final da IIª

(10) Para que se tenha uma idéia comparativa do significado destes dados, basta lembrar que na indústria a população com mais de 45 anos é igual a 30,5% do total e a com mais de 55 anos é 9,2%. Nos serviços, os com mais de 45 anos são 30,4% e os com mais de 55 anos 10,7% do total 1990.

(11) A França detém o recorde mundial de residências secundárias por número de habitantes (HERVIEU, 1993).

Guerra Mundial até hoje, é a "*perda da superposição entre um espaço e um grupo social*". (MORMON, 1994)

Esta tendência é reforçada pela pluriatividade daqueles que estão no campo. Se até meados dos anos 1970 tanto o movimento sindical como as autoridades de Bruxelas adotavam a visão de que as unidades não inteiramente consagradas à agricultura deveriam ser consideradas como **marginais** e estavam, de qualquer maneira, condenadas ao desaparecimento, esta visão muda consideravelmente a partir de então. O próprio ex-comissário europeu, Sicco Mansholt, vinte e cinco anos após seu célebre memorando de 1968, assina recentemente um texto crítico às propostas de reforma da PAC onde assinala claramente que embora o "saneamento do setor" (*sic!*) - mediante a eliminação das explorações marginais - fosse a solução econômica mais viável para resolver os problemas da agricultura, ele se choca contra o desejo da Europa de que os espaços rurais não sejam abandonados (DE VEER *et alii*, 1993, p. 53). Menos de um quarto dos estabelecimentos agrícolas na França ocupam dois ativos ou mais. 53% dos responsáveis por estabelecimentos agrícolas na Europa dos 12 dedicam menos de metade de seu tempo de trabalho a sua própria exploração (*Commission des Communautés Européennes*, 1993). É um sinal da distância que existe hoje entre a situação social no campo europeu e o que dela esperavam os administradores de Bruxelas no início dos anos 1970. A própria legislação comunitária teve que adaptar-se a esta realidade, abandonando a rigidez dos critérios estritamente econômicos de valorização das unidades produtivas "não marginais": um regulamento do Conselho da Comunidade, de 15/07/1993, permite que recebam créditos comunitários explorações que se dedicam a atividades de valorização do meio rural, desde que ao menos 25% de sua renda seja formada por vendas de produtos agrícolas (SENOTIER, 1993). Ainda com relação à pluriatividade, é importante assinalar que, desde 1970, diminuiu a parte agrícola na composição da renda das famílias de agricultores, passando, na França, de 72% naquele ano a 62% em 1979 e a 58% em 1988 (INSEE, 1993, p. 54). As rendas salariais dos agricultores (obtidas, na maior parte das vezes, fora da agricultura) dobraram entre 1970 e 1988 e 19% da renda agrícola vêm de prestações sociais.

O espaço rural deixa, portanto, de ser antes de tudo o local de desenvolvimento da produção agrícola, ao menos da produção cada vez mais massificada e voltada antes de tudo para a oferta de safras abundantes e a

baixos preços. Novas funções passam a ser atribuídas ao meio rural e à agricultura, como constata um documento sobre desenvolvimento rural da OCDE (1993, p. 10):

"em certos países, o valor social dos serviços outros que o da produção aumenta relativamente à produção tradicional de alimentos e fibras. Pode-se observar então que os produtos e as políticas agrícolas são apenas um dos componentes das forças que influenciam a utilização dos recursos no meio rural".

Dois fenômenos estão aqui em jogo: por um lado, o da valorização das "amenidades rurais", isto é, do patrimônio natural e criado pelo homem, servindo a fins turísticos, contemplação e caça. No ano de 1994, agricultores franceses plantaram, em 30 mil hectares de terras de pousio obrigatório, produtos destinados a uma cobertura favorável à atração da pequena caça, em contrato com associações de caçadores.⁽¹²⁾ A importância desta noção é tal que alguns pesquisadores da OCDE propõem o conceito de valores de não uso, correlativo ao de beneficiador pagador (por alusão, é claro, ao do poluidor pagador), pelo qual aquele que usa uma paisagem preservada deveria pagar por este benefício e aquele que deixa de empregá-la para fins produtivos deveria ser por isso indenizado (MUHEIM & HUILLET, 1994).

O outro fenômeno importante nesta mudança das funções tradicionais do meio rural é uma resposta - sem dúvida limitada, mas com peso apreciável - à crise do fordismo na agricultura, isto é, da tentativa permanente de oferecer safras abundantes, a preços cada vez mais baixos e sobre a base de unidades produtivas altamente especializadas e voltadas exclusivamente à produção agrícola. Existe hoje uma forte tendência à formação e à valorização de "mercados de clientela" para produtos agrícolas específicos, seja em função de seu teor ou até de sua região de origem (VALCESCHINI, 1993). Este não é um fenômeno marginal, ou que atinja exclusivamente produtos de luxo ou biológicos:

"...mais que um rendimento global, é preciso talvez raciocinar sobre o rendimento do trigo em amido de tal tamanho, o rendimento da colza em ácidos gordurosos de tal tipo, etc. É provável que no

(12) *Le Monde*, 08/09/1994.

futuro, os industriais comprarão os produtos agrícolas em função de suas características e de seu rendimento em tal ou qual molécula." (BONNY, 1993, p. 21)

Isto não significa, é claro, o abandono da corrida em busca da elevação permanente da produtividade. Mas o mercado "de massa" na agricultura começa a ser substituído pela preocupação de singularizar o produto e formar um mercado "de clientela", o que supõe produtos muito mais diversificados e ligados à "personalidade singular do cliente" (VALCESCHINI, 1993) que o do agricultor tipicamente fordista, fornecedor anônimo de um produto massificado e inserido nos grandes circuitos da distribuição. Com o declínio de seu período fordista, a agricultura também entra na economia da variedade permanente, da flexibilização da produção e, conseqüentemente, do uso do próprio espaço. Assim, se no início dos anos 1970 a unidade produtiva modular era aquela capaz de desenvolver-se sobre a base, fundamentalmente, dos ganhos de produtividade numa atividade altamente especializada, hoje o que se valoriza é a diversidade: a pluriatividade deixa de ser encarada como sinal de fraqueza econômica, como incapacidade de especialização, e passa a ser vista como virtude e trunfo. O desenvolvimento do turismo rural, da oferta de produtos a mercados localizados, a diversificação das atividades e a capacidade de associar a agricultura a serviços prestados a partir do meio rural, eis que a noção mesmo do que seja uma unidade padrão transformou-se consideravelmente nos últimos anos.

3. O Dualismo Ecológico

3.1. Sustentação de Preços e Degradação Ambiental

A explosão dos gastos públicos na agricultura, a acumulação dos excedentes, os prejuízos ambientais - cuja denúncia adquire tanto mais impacto que eles cada vez menos se justificam pela necessidade de garantir a segurança alimentar - e as mudanças sociais sumariamente descritas acima tornaram insustentável a continuidade do mecanismo de garantia da renda agrícola vigente na Comunidade desde 1968. Um dos objetivos fundamentais dos documentos fundadores da PAC era de que a produção dentro do Continente se desenvolvesse com base nas vantagens comparativas de cada

região, estimulando a especialização em função dos diferentes potenciais regionais. À medida, porém, que os preços de sustentação acabavam ficando muito acima dos custos das regiões mais eficientes, o que ocorreu, na verdade, foi que a produção cresceu muito mais do que a capacidade de assimilação, seja do mercado europeu, seja do mercado internacional. ⁽¹³⁾ A fixação dos preços de sustentação muito acima das condições vigentes no mercado e a garantia de compra de todo o produto oferecido estimulou a alocação inadequada dos fatores de produção, isto é, determinada pelos preços de garantia e não pelas reais necessidades do mercado.

Na opinião da OCDE (1993, p. 7) aí é que se encontra a origem dos problemas ambientais da agricultura européia.

"políticas que garantem as rendas e os preços dos produtos, além de correrem o risco de isolar os produtores dos sinais emitidos pelo mercado, podem também repercutir-se sobre o meio ambiente, por exemplo, favorecendo uma utilização mais intensiva das terras e outros insumos agrícolas, destruindo o equilíbrio ecológico e ameaçando certos bens de interesse público como uma paisagem rural agradável". (OCDE, 1993, p. 7)

Portanto, uma das condições fundamentais - mas não a única, bem entendido - para que se consiga reverter o quadro de degradação ambiental é fazer com que o uso dos fatores passe a responder, fundamentalmente, aos sinais emitidos pelo mercado:

"Problemas ambientais no domínio da agricultura podem ser resolvidos, em parte, por reformas que tenham o objetivo de oferecer lugar maior à orientação pelo mercado e a reduzir a sustentação à agricultura... [Para isso, é preciso] fazer progredir simultaneamente a liberalização das trocas e os objetivos ambientais". (OCDE, 1993, p. 7)

Mas, para que a redução nos preços não provoque uma desarticulação completa do tecido social existente no meio rural, ela deve ser compensada por ajudas diretas. Esta separação entre produção e renda é uma das premis-

(13) Um dos melhores apanhados históricos sobre as origens e o desenvolvimento da Política Agrícola Comum é o de NEVILLE-ROLFE (1984).

sas para a implantação de políticas agrícolas menos agressivas ao meio ambiente:

"Uma primeira etapa em direção a reformas favoráveis ao meio ambiente consiste em descasar (découpler) as subvenções das quantidades produzidas por uma cultura ou uma criação dadas."
(OCDE, 1993, p. 47)

Sob esta ótica, a organização do processo produtivo deve ser orientada exclusivamente pelo mercado; quanto à renda dos agricultores, aí sim é que o Estado pode interferir por meio do mecanismo das ajudas diretas. A aceitação desta separação entre produção e renda é um traço comum ao pensamento liberal aplicado à agricultura. O importante é que o comércio internacional de produtos agrícolas sofra a menor intervenção possível. Ora, as transformações sociais examinadas acima estimulam o surgimento de objetivos para os agricultores e o meio rural que não se limitam àqueles envolvidos exclusivamente com a produção agrícola. O valor obtido com a produção agrícola é insuficiente para garantir a reprodução social dos que dela dependem. Elevar artificialmente este valor é promover uma alocação irracional dos recursos produtivos, com conseqüências ambientais nefastas. Portanto, é melhor deixar que os preços agrícolas caiam, que se consagrem à produção apenas os agricultores em condições de fazê-lo de maneira competitiva e organizar a transição da grande maioria à produção, seja de serviços ambientais, seja de artigos reservados a mercados específicos que, na maior parte das vezes, também oferecem a contrapartida de serem produzidos em condições agronômicas menos agressivas para o meio ambiente.

Aliás, esta tendência, segundo a OCDE (1993, p. 14) é reforçada até no quadro das negociações do GATT:

"as negociações do GATT provocaram maior interesse por formas de sustentação à agricultura "descasadas" da produção, notadamente pelas ajudas financeiras aos agricultores que poderiam estar subordinadas ao fornecimento de serviços de meio ambiente".

Sob este ponto de vista, a separação entre produção e renda nada mais é que a consagração da própria estrutura dual que prevalece no setor

agrícola⁽¹⁴⁾ A dualização da agricultura, longe de ser uma distorção indesejada, pode trazer efeitos econômicos e ambientais positivos. Sob o ângulo econômico, trata-se de renunciar a qualquer tentativa de imprimir existência significativa às unidades que hoje têm um peso reduzido na oferta global. Sob o ângulo ambiental, o importante é que estas unidades se convertam ao oferecimento de produtos e serviços onde a preservação ambiental terá um peso significativo.

3.2. Os Grandes Podem não Poluir?

Mas, será que esta estrutura dual - ambientalmente benéfica nas áreas detidas pelos menores agricultores - não será fatalmente poluidora ali onde as grandes unidades produtivas de cereais, oleaginosas, carnes e leite vão se concentrar? Em 1987 um deputado ecologista belga manifestava o temor de que se desenvolvesse na Europa agrícola

"...uma agricultura com duas ou três velocidades: com corredores ecológicos e terras agrícolas ecologicamente bem geridas, mas mergulhadas num oceano de terras agrícolas industrializadas."
(ROELANTS DU VIVIR, 1987, p. 171)

Pode-se dizer que boa parte da pesquisa agrônômica hoje na Europa dedica-se à tentativa de vencer este desafio. A idéia de que a reversão dos danos ambientais provocados pela agricultura altamente intensiva teria que passar necessariamente pela adoção da agricultura biológica, da rotação de culturas, da complementaridade entre agricultura e pecuária, em suma, pela ruptura com as técnicas e as bases econômicas do sistema até aqui vigente parece pouco verossímil. Isso não significa que a poluição seja a contrapartida inevitável da opção por basear a oferta agrícola nas grandes unidades produtivas.⁽¹⁵⁾ Significa que estas unidades possuem uma imensa capacida-

(14) Segundo a OCDE (1994, p. 21) existem hoje, nos países capitalistas avançados, duas categorias de agricultores: "A primeira reúne os numerosos agricultores que retiram uma grande parte, senão a quase-totalidade de suas receitas de fontes não agrícolas e representam uma parte relativamente fraca da produção e da renda agrícolas. Estes agricultores, confrontados a necessidades cada vez maiores em capital (impostas pela agricultura moderna) transferiram o essencial de suas atividades para outros setores ou - quando ficam na terra - obtêm rendas relativamente baixas. Uma segunda categoria de agricultores reúne as grandes unidades com vocação comercial".

(15) Parece-me um pouco forçada a idéia de SPIERTZ & VEREIJKEN (1994, p. 116) dois importantes pesquisadores do Centro de pesquisas em agrobiologia de Wageningen, Holanda

de de adaptação às exigências sociais e econômicas da integridade ambiental. Pesticidas melhor dirigidos a finalidades específicas e de maior biodegradabilidade, utilização de variedades mais resistentes a certas doenças (ainda que de rendimento um pouco menor que as mais produtivas), desenvolvimento da engenharia genética e, portanto, possibilidade de introduzir nas plantas formas de resistência a certas doenças e ataques, adaptação da fertilização sintética às necessidades precisas das plantas (BONNY, 1993), modificação do teor alimentar das rações com o objetivo de reduzir a carga de minerais despejada no ambiente, utilização da informática que permite ao agricultor organizar sua atividade em função do conjunto da **gleba** em produção e não mais sob a ótica do **produto** (WAHL & NICAUD, 1991), estas transformações são inteiramente compatíveis com o funcionamento das grandes unidades produtivas e seu emprego tende a se generalizar.

A pesquisa agronômica recente tem procurado, antes de tudo, alternativas que permitam que os sistemas produtivos altamente especializados reduzam seu impacto ambiental: são técnicas bastante sofisticadas, que exigem uma gestão muito precisa por parte do agricultor e, em muitos casos, importantes investimentos. Na Holanda, um relatório do ministério da Agricultura previa a desapareção de um quarto dos agricultores até o final do século em virtude de sua incapacidade em fazer investimentos de "natureza ambiental" (ALPHANDÉRY *et alii*, 1991, p. 34)

O estudo prospectivo dos especialistas holandeses do Conselho Científico para a Política Governamental prevê uma sensível redução no consumo de nitrogênio e de produtos fitossanitários na agricultura européia no ano de 2015. As estimativas deste trabalho baseiam-se em cenários que levam em conta diferentes fontes de pressão social sobre a formação da política agrícola. O interessante é que seja qual for a política adotada no quadro dos cenários propostos pelo estudo, o uso global de nitrogênio cai das 11 milhões de toneladas anuais usadas hoje para um patamar situado entre 2 e 2,5 milhões de toneladas, sem prejuízo sensível da produção. O consumo de nitrogênio **por hectare** também tende a sofrer uma redução importante (WWR, 1992, p. 92). Quanto aos produtos fitossanitários, o estu-

de que a linha de desenvolvimento agrícola "*orientada para o mercado mundial*" enfatiza exclusivamente o lucro e julga que "*os outros interesses e os outros valores da sociedade têm apenas um lugar secundário...*" O que esta maneira de colocar as coisas escamoteia é que existe uma visão liberal da sustentabilidade e uma proposta dualista de sustentabilidade.

do prevê uma redução de 400 mil toneladas (de matéria ativa) para um leque que vai de 10 a 80 mil toneladas, dependendo do tipo de política adotada (WRR, 1992, p. 17-18). Aqui, igualmente, a queda no consumo de produtos fitossanitários por hectare deve ser muito significativa.

A principal conclusão do estudo do WRR é uma síntese da ótica dualistas de construção da agricultura sustentável:

"Os resultados do presente relatório oferecem ao menos pontos de referência para o futuro de uma agricultura que se desenvolveria na Comunidade Européia segundo um modelo duplo (grifos meus, R. A.). Primeiramente, uma agricultura altamente produtiva que satisfaz o grosso da demanda alimentar sobre uma pequena superfície, com os melhores meios técnicos. Para tanto, usam-se os mais avançados princípios ecotecnológicos e recorre-se ao máximo à ajuda biológica (graças às espécies persistentes, aos nutrientes vegetais, à luta biológica, às boas rotações, às produções de segurança para reduzir ao mínimo as perdas de minerais...)...Em segundo lugar, uma agricultura muita extensiva pode ser praticada sobre uma grande superfície, com eixo na gestão da paisagem e das formas de agricultura que mantenham ou estimulem os valores naturais e os valores paisagísticos" (WRR, 1992, p. 138)

3.3. Nos Gastos Públicos, os Limites do Dualismo

Portanto, é caricatural a idéia de que o pensamento liberal aplicado à agricultura resulta num desprezo dos problemas ambientais; tampouco é verdadeiro que ele simplesmente consagre a divisão entre superfícies de reserva ambiental (as áreas de não-produção, detidas pela massa de produtores pluriativos de expressão econômica reduzida ou mantidas como reservas de biosfera) e áreas concentradas de poluição, onde a produção em larga escala vai significar fatalmente degradação crescente. Há boas indicações de que a pesquisa agrônômica contemporânea é capaz de reduzir significativamente os danos ambientais dos sistemas especializados em plantas de lavoura e até das grandes concentrações de animais.

O ponto de estrangulamento da proposta de dualização explícita do setor agrícola não está exatamente nos danos ambientais que ele provoca. Tudo indica que este aspecto é contornável. O problema maior é saber se é possível, mesmo a esta minoria de 20% das unidades agrícolas, que respondem por 80% da oferta, renunciar aos pesados subsídios que a agricultura européia tem recebido até hoje.

Apesar da idéia de que é necessário "purificar" o mercado internacional de produtos agrícolas, deixá-lo ao sabor das sagradas leis da oferta e da procura, não existe quem hoje na Europa proponha a pura e simples abolição de qualquer tipo de sustentação da renda agrícola. O esquema hoje em vigor na União Européia prevê uma redução significativa dos preços, compensada, porém, por ajudas diretas, calculados sobre a base da extensão de terra de cada um e com a obrigatoriedade de retirar da produção (*jachère* em francês, *set-aside* em inglês) 15% de suas áreas. O grupo de especialistas reunidos em torno de Sicco Mansholt preconiza igualmente menores preços, mas compensados por ajudas por hectare sem sequer a necessidade de colocar obrigatoriamente áreas em pousio (DE VEER *et alii*, 1993). O importante é que estas ajudas não estão voltadas apenas para os agricultores em dificuldade, ou para garantir uma espécie de renda mínima de existência.

Neste sentido, é contestável a idéia exposta na conclusão do trabalho do WRR (1992, p. 138) de que na segunda forma de agricultura citada acima (aquela praticada pelos 80% de agricultores responsáveis por 20% da oferta) é que os produtores

"...necessitam de transferências de rendas para compensar os valores naturais reclamados pela sociedade"

Os primeiros resultados da reforma da PAC mostram que os gastos públicos com a nova política não se reduziram e que a estrutura de sua distribuição não se alterou fundamentalmente com a passagem da sustentação aos produtos para a ajuda direta: eles continuam altamente concentrados no setor de cereais e entre os maiores produtores (COLSON, 1994).

É que as ajudas diretas, tal como praticadas hoje e apoiadas pelas correntes liberais, não são a versão rural dos programas de renda mínima ou de renda de cidadania, mas uma condição indispensável para a

integridade do aparato produtivo dos agricultores (MÜLLER, 1994) e sobretudo dos maiores entre eles. Em 1993 já houve situações em que estas ajudas ultrapassaram a casa da centena de milhares de dólares. Portanto, não se trata simplesmente de ajudar agricultores que estão se reconvertendo para prestar ajuda à Comunidade em termos ambientais, mas de um subsídio que se dirige fundamentalmente ao aparato produtivo já existente.

O que caracteriza as propostas que assumem e pretendem desenvolver ainda mais a estrutura dual da agricultura européia é que se continua a prever subsídios mesmo àqueles produtores que, supostamente, apresentam as melhores condições de entrar no jogo competitivo internacional. Mesmo que a produção se concentre em apenas 20% dos agricultores hoje existentes, será muito difícil reverter a tendência a que o progresso da produtividade provoque safras superiores à capacidade de consumo do mercado, exigindo, assim, a sustentação pública da renda agrícola. Todas as mudanças técnicas, sociais e econômicas recentes (algumas das quais aqui comentadas) não parecem capazes de reverter a tendência histórica de que a agricultura, dada inclusive sua estrutura altamente pulverizada e competitiva, produza sempre acima do exigido pelo mercado.⁽¹⁶⁾ O importante é que a queda nos preços agrícolas não impede, imediatamente, a elevação da produção. Este é um dos aspectos mais dramáticos da situação agrícola da Comunidade até hoje e que inclusive ameaça o próprio sucesso da reforma da PAC: a partir de um certo patamar de desenvolvimento técnico, a produção agrícola é pouco sensível a uma queda nos preços. Primeiramente, porque preços menores podem induzir os agricultores a um uso mais racional e econômico de seus fatores e, portanto, a reduzirem seus custos. Além disso, dado o peso, em suas despesas, dos custos fixos, os agricultores continuam, no curto prazo, a produzir, a menos que a redução nos preços não cubra sequer seus custos variáveis (MARSH, 1993, p. 24). A experiência da Comunidade Européia mostra bem que, a partir de um certo nível de

(16) São importantes, neste sentido, os trabalhos de BOUSSARD (1987, 1992, 1994) que mostram, a partir de uma perspectiva neoclássica, que o abandono da sustentação dos preços agrícolas poderia levar um setor a uma flutuação da oferta ameaçadora para o conjunto da sociedade: "*pode-se esperar de maneira bastante natural que a oferta agrícola seja extremamente flutuante, e sobretudo, que os mecanismos de mercado sejam incapazes de regularizá-la*" (BOUSSARD, 1992, p. 46). As políticas de estabilização da renda são, nesta perspectiva, uma condição para um mínimo de garantia de oferta agrícola.

desenvolvimento, preços agrícolas em queda não significam, necessariamente, o caminho certo para a redução das safras.⁽¹⁷⁾

Se isso é verdade, então estamos diante de uma **contradição interna** que o pensamento liberal dificilmente tem condições de resolver: o cordão sanitário colocado em volta da **produção** agrícola - para que ela corresponda a uma alocação racional dos fatores guiada pelos seus preços - está contaminado pelo fato de que a elevação das safras tende a depreciar cada vez mais o valor da produção, exigindo, então, o complemento (que não vem do mercado) correspondente à ajuda direta. A virtude do mercado, ao guiar os destinos da produção, é maculada pelo vício do produtor que não pode viver exclusivamente da renda que a agricultura lhe propicia.

Neste sentido, por mais que a dualização explícita da agricultura possa ser um caminho para a redução dos danos ambientais do modelo atual, é muito incerta sua capacidade para atingir os dois principais objetivos daqueles que a defendem: a redução das safras agrícolas e a emancipação do setor agrícola relativamente aos pesados subsídios de que depende até hoje. O principal risco contido na proposta de dualização explícita é que os gastos públicos, em nome da eficiência e da pureza do funcionamento do organismo econômico, concentrem-se cada vez mais entre os maiores agricultores. Pior: que o dinheiro das subvenções, ao invés de se dirigir a finalidades reconhecidas como de utilidade social, continue concentrado numa função cada vez mais contestada, que é a de bancar aumentos produtivos cada vez menos necessários para a vida coletiva.

Ao mesmo tempo - é o que sublinham as correntes que preconizam formas variadas de distribuição dos direitos de produzir (e dos fundos públicos de sustentação do setor) - o caminho dualista não se propõe a desenvolver importantes reservas de produção e produtividade que, sobre a base de um modelo menos intensivo, poderiam representar um caminho para compatibilizar as necessidades da oferta agrícola com o desenvolvimento da vida social no campo e com a integridade de seu meio ambiente.

(17) São algumas das dimensões do fenômeno que COCHRANE (1979) batizou de *treadmill*, que VEIGA (1991) utilizou em seu estudo histórico e de que me servi também no capítulo VIII de ABRAMOVAY (1992).

4. Conclusões

Os problemas ambientais em meio rural só começaram a ser considerados seriamente, na União Européia, a partir de meados da década de 1980. Por mais importantes que tenham sido as denúncias com relação aos efeitos nefastos da intensificação acelerada, foi somente quando se tornou praticamente impossível a gestão do crescimento dos excedentes agrícolas e dos gastos com sua sustentação que os problemas ambientais passaram a ser levados em conta pela política agrícola. Neste sentido, as diferenças entre as várias concepções a respeito da sustentabilidade na agricultura estarão muito mais na maneira como, em cada caso, se concebe o controle da oferta do que nos aspectos propriamente agrônômicos de cada uma.

Paralelamente à explosão das safras e dos gastos com sua sustentação, o lugar dos agricultores no espaço rural sofre alterações radicais: minoria na sociedade há muito tempo, os agricultores são hoje minoria no próprio campo. Além disso, a estrutura social encontra-se altamente polarizada entre um grupo relativamente restrito, que responde pelo essencial da oferta e a grande massa com expressão econômica pouco significativa. A proposta dos liberais é a de levar a dualização, hoje existente, ao seu paroxismo. As funções produtivas devem ser concentradas entre as mãos dos maiores produtores, aqueles capazes de promover uma alocação racional dos recursos existentes e, por aí, de produzir com custos menores e danos ambientais consideravelmente reduzidos. Quanto aos outros, eles seriam objeto de políticas de desenvolvimento rural onde a produção de serviços de natureza ambiental teria um papel decisivo.

O principal problema desta visão não é propriamente ambiental: é bastante provável que a pesquisa agrônômica consiga resolver a maior parte dos problemas ambientais hoje provocados pelas unidades produtivas altamente especializadas. O problema é social, econômico e político. Nada indica que, mesmo concentrada entre os maiores produtores, a produção agrícola poderá dispensar o apoio estatal na sustentação da renda. Torna-se assim, em grande parte, uma obra de ficção a idéia de que a dualização social é uma premissa para o predomínio da pura lógica econômica e da decisão espontânea do mercado em torno da alocação dos fatores. A crise atual vem fundamentalmente do conflito entre o valor cada vez menor que, para a sociedade, tem a produção agrícola em confronto com os custos que a sus-

tentação desta produção pouco valorizada implica. A fragilidade da posição liberal está em que ela supõe gastos públicos voltados exatamente para o setor que ela pretende libertar da esfera estatal.

À medida que a manutenção do tecido social e produtivo do meio rural exige que a ele se consagrem gastos públicos, as propostas alternativas, do ponto de vista liberal, ganham audiência e credibilidade. Quais são estas propostas e de que maneira elas pretendem atingir a sustentabilidade é o que será visto num próximo artigo.

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec/Anpocs, Campinas: Edunicamp, 1992.
- ALPHANDÉRY, P.; BITOUN, P. & DUPONT, Y. *L'équivoque écologique*. Paris: La Découverte/Essais 1991.
- BANDARRA, N. J. Protection de l'espace et politiques agri-environnementales. *Revue du Marché Commun et de l'Union Européenne*, n. 380, p. 444-449, jul./ago., 1994.
- BONNY, S. *Le changement technique en cours et à venir en agriculture: un essai de bilan dans les différents secteurs*. Grignon: INRA, *Etudes Economiques*, 1993.
- BOULAINÉ, J. *Histoire de l'agronomie en France*. Paris: Tec & Doc, 1992
- BOUSSARD, J.M. *Economie de l'agriculture*. Paris: Economica, 1987.
- _____. *Introduction à l'économie rurale*. Paris: Ed. Cujas, 1992.
- _____. Revenus, marchés et anticipations: la dynamique de l'offre agricole. *Economie Rurale*, 220-221:61-68, 1994, março, junho, número especial sobre *Les revenus agricoles - Efficacité, équité, stabilité*.
- BRUCKMEIER, K. & TEHERANI-KRÖNNER, P. Farmers and environmental regulation - Experiences in the Federal Republic of Germany. *Sociologia Ruralis*, v. XXXII, n. 1, p. 66-81, 1992.
- COCHRANE, W. W. *The development of american agriculture a historical analysis*. Mineapolis: University of Minneapolis Press, 1979.
- COLSON, F. Exposição no seminário sobre ajudas diretas organizado por Hélène Delorme e Daniel Perraut, 1994.
- COMELIAU, C. Développement du développement durable ou blocages conceptuels? *Revue Tiers Monde* t. XXXV, n. 137, p. 61-76, 1994.

- COMMISSION DES COMMUNAUTÉS EUROPÉENNES. *La situation de l'agriculture dans la Communauté*. Bruxelles: Rapport 1992, 1993.
- COURTERT, C., BERLAN-DARQUÉ, M. & DEMARNE, Y. *Agricultures et société - Pistes pour la recherche*. Paris: Associations Descartes/Eds. Inra, 1993.
- DEBATISSE, M. *Le projet paysan*. Paris: Seuil, 1983.
- DELORD, B. & LACOMBE, PH. Les agriculteurs dans l'économie nationale. *Projet*, été, 234, p. 37-46, 1993.
- DELORME, H. *Les objectifs de la politique agricole française: contexte historique et enjeux actuels*. Paris, 1994. (mimeo)
- DE SILGUY, C. *L'agriculture biologique - que sais-je?* Paris: PUF, 1991.
- DE VEER, J.; MANSCHOLT, S. L.; VEERMANN, C. P. & VAN DIJK, G. Dix points sur la politique verte: propositions pour une nouvelle politique agricole plus responsable *Economie Rurale*, n. 216, p. 52-55, 1993.
- GLASBERGEN, P. Agro-environmental policy: trapped in an iron law? A comparative analysis of agricultural pollution control in the Netherlands, the United Kingdom and France. *Sociologia Ruralis*, v. XXXII, n. 1, p. 30-48, 1992.
- HAEN, H., FINK, H. F., THOROE, C. E WAHNOFF, W. Impact of German intensive crop production and agricultural chemical policies in Hidesheimer Börde and Rhein-Pfalz. In: YOUNG, M. D. (org.) *Towards sustainable agricultural development*. Londres e N. York: OCDE e Belhaven Press, 1991.
- HATEM, F. Le concept de développement soutenable. *Economie Prospective Internationale*, n. 44, p. 101-117, 1990.
- HERVIEU, B. *Les champs du futur* Paris: Ed. François Burin, 1993.
- HOT, B. Les Pays-Bas: vers un marketing de l'environnement. In: *Déméter 94/95 Economie et stratégies agricoles*. Paris: Armand Colin, 1994.
- HULSE, J. H. Global perspectives on Sustainable Development: Implications for Agriculture. *Canadian Journal of Agricultural Economics*, v. 39, p. 541-551, 1991.
- INSEE. *Les agriculteurs - portrait social*. Paris: Ed. Insee, 1993.
- JACOB, C. *La clé des champs L'agriculture n'est plus celle que vous croyez*. Paris: Eds. Odile Jacob, 1994.
- LÉVY J. Oser le désert? Des pays sans paysans. *Sciences Humaines*, v. 4, n. 6-9, fev./mar., 1994.

- MORMON, M. *Le rural: bilan d'une catégorie sociologique*. Exposição realizada no quadro dos seminários de doutorado em sociologia rural da Universidade de Paris-X, Nanterre, 1994.
- MÜLLER, P. Réforma de la PAC et permanence des concepts de comptabilité nationale. *Economie Rurale*, 220-221:112-118, mar./jun., 1994. Número especial sobre *Les revenus agricoles - Efficacité, équité, stabilité*.
- MUHEIM, Ph. & HUILLET, P. *Le programme de développement rural de l'OCDE*. Exposição realizada no quadro dos seminários mensais da *Société Française d'Economie Rurale*, 1993.
- NEVILLE-ROLFE, E. *The politics of agriculture in the European Community*. European Centre for Political Studies, Londres: Policy Studies Institute, 1984.
- OCDE. *L'intégration des politiques de l'agriculture et de l'environnement - Progrès récents et nouvelles orientations*. Paris, 1993.
- _____. *L'emploi dans l'agriculture et l'ajustement économique dans les pays de l'OCDE*. Paris, 1994.
- PELT, M. VAN; KUYVENHOVEN, A. & NIJKAMP, P. Project appraisal and sustainability: concept and main issues. *Wageningen Economic Papers*, n. 4, 1990.
- PISANI, E. *Pour une agriculture marchande et ménagère*. Paris: Ed. de l'Aube, 1994.
- ROELANTS DU VIVIER, F. *Agriculture européenne et environnement - un avenir fertile*. Paris: Ed. Sang de la Terre, 1987.
- SENOTIER, C. Vers un nouveau rôle de l'agriculture dans la protection de l'environnement. *Les Petites Affiches*, v. 19/07, n. 86, p. 22-24, 1993.
- SPIERTZ, H. & VEREIJKEN, P. Technologie adaptée et innovation au service d'une agriculture durable. In: COURTET, BERLAN-DARQUÉ & DEMARNE (orgs.) *Agricultures et société Pistes pour la recherche*. Paris: Associations Descartes/Eds. Inra, 1993.
- VALCESCHINI, E. La qualité des produits agricoles et alimentaires dans le marché unique européen: l'épreuve de la concurrence et de la confiance. In: *Déméter 93 Economie et stratégies agricoles*. Paris: Armand Colin, 1993.
- VEIGA, J. E. *O desenvolvimento agrícola, uma visão histórica*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1991.
- WAHL, V. & NICAUD, A. Agriculture - l'introduction de l'informatique. *Universalia*, suplemento ligado à *Encyclopaedia Universalis*, Paris, 1991.

WRR. *De l'espace pour choisir Quatre perspectives pour les zones rurales dans la Communauté européenne*. Haia: Edição da WRR, 1993.

(Recebido em outubro de 1994).